



EMENDA LEGISLATIVA N. 07, DE 09 DE MAIO DE 2022
AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N. 13/2022

Altera o Projeto de Lei n. 13, de 4 de março de 2022, o qual altera a Lei nº 738, de 06 de novembro de 2017, que dispõe sobre limpeza de terrenos baldios no Município de Itapoá e dá outras providências.

Art. 1º. Suprime o inciso III do art. 5º da Lei n. 738, de 06 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.5º O proprietário do terreno será considerado notificado mediante:

I – via postal com recebimento de AR ou no ato, em mãos próprias, com a assinatura do proprietário ou responsável, na notificação/auto de infração;

II - por edital, publicado uma única vez no mural e no Diário Oficial dos Municípios;

~~III – a colocação da placa de notificação.~~

Art. 2º. Altera o art. 4º do Projeto de Lei n. 13, de 04 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Altera o art. 7º, da Lei nº 738, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

~~Art. 7º O proprietário ou possuidor terá o prazo de 30 dias contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital para efetuar a limpeza do terreno. (NR)~~

Art.7º O proprietário ou possuidor terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento da notificação ou da publicação do edital para efetuar a limpeza do terreno.

Art. 3º. Altera o art. 5º do Projeto de Lei n. 13, de 04 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Altera o caput e o §2º do art. 8º, da Lei nº 738, de 2017, que passam a vigorar com a seguinte redação:

~~Art. 8º Os imóveis identificados pela fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente, da Secretaria de~~

~~Planejamento e Urbanismo e/ou da Secretaria de Saúde, por meio do Departamento de Vigilância Sanitária, como estando em mau estado de conservação, estarão sujeitos a lavratura da notificação e expedição de multa, conforme constatação do fiscal, que serão encaminhadas junto com o relatório para aplicação das sanções previstas. (NR)~~

Art.8º Os imóveis identificados pela fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente como estando em mau estado de conservação estarão sujeitos no ato da Lavratura da Notificação e Infração a multa a ser graduada de acordo com as diretrizes do art. 11 desta Lei, conforme análise a ser realizada pelo fiscal responsável pela autuação, e será encaminhada junto com o relatório e aplicação das previstas sanções.

~~§2º As notificações serão publicadas no mural da Secretaria de Meio Ambiente e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, onde constarão obrigatoriamente as seguintes informações: (NR)~~

~~§2º As notificações e infrações serão lançadas em um site específico vinculado ao site da Prefeitura, onde constarão obrigatoriamente as seguintes informações:~~

~~I – data e hora da identificação da notificação da infração;~~

~~II – identificação do proprietário do imóvel conforme constante do cadastro técnico do município;~~

~~III – identificação do fiscal responsável pela lavratura do auto de infração;~~

~~IV – caracterização da infração cometida;~~

~~V – valor da multa expressa em Unidade Padrão do Município – UPM;~~

~~VI – identificação da denúncia feita contra o respectivo imóvel.~~

Art. 4º. Altera o art. 7º do Projeto de Lei n. 13, de 04 de março de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º Altera o art. 13, da Lei nº 738, de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Depois de decorrido o prazo de 30 dias de aplicação da notificação, caso o proprietário do imóvel não tenha regularizado a situação, será lançada a multa e o Município de Itapoá poderá executar os serviços de limpeza e roçada. (NR)

[...]

§1º Executando os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Itapoá lançará cobrança aos contribuintes utilizando como parâmetro para lançamento da taxa o valor auferido em processo próprio para contratação de prestadores de serviços e a metragem do imóvel em mau estado de conservação.

[...]

§3º A contratação das empresas prestadoras de serviços para fins de execução dos serviços de limpeza e roçada se dará por meio de processo de credenciamento a ser realizado com base na legislação de regência.

§4º O valor da taxa a ser lançada aos contribuintes, na forma do §1º, observarão o valor base de 0,25 UPM por metro quadrado de serviços de roçada a serem prestados, para fins de possibilitar o ressarcimento dos serviços prestados pelas empresas credenciadas.

§5º. A notificação de execução dos serviços e respectivos lançamentos de débitos, previstos neste Artigo, poderão ser feitos nas mesmas condições do Artigo 12 desta Lei.

§6º. As empresas credenciadas, observando a ordem do credenciamento efetuado, realizarão os serviços contratados com base em ordem de serviço a ser emitida pela Secretaria de Meio Ambiente.

§7º. A ordem de serviço citada no §6º do presente artigo deverá ser impressa, e o prestador do serviço deverá portá-la enquanto estiver prestando o serviço de roçada até a sua finalização.

§8º. O prestador de serviços, ao final de cada procedimento de roçada, apresentará à Secretaria de Meio Ambiente relatório simplificado da prestação dos serviços que conterá obrigatoriamente os seguintes dados: data e horário da realização dos serviços; registro fotográfico que indique o estado anterior da área e posterior aos serviços realizados; e eventuais outras observações que se fizerem necessárias.

§9º Eventuais situações decorrentes do processo de credenciamento e/ou de processo de prestação de serviços de roçada podem ser disciplinados por Decreto a ser expedido pelo Poder Executivo Municipal

Art. 5º. Esta Emenda Legislativa entra em vigor com a conversão do Projeto de Lei Ordinária n. 13, de 04 de março de 2022, nos termos do artigo de vigência do referido Projeto de Lei.

Câmara Municipal de Itapoá/SC, 09 de maio de 2022.

Tiago de Oliveira - PL

[assinado digitalmente]

Ivan Pinto da Luz - PSL

[assinado digitalmente]

Izabel Correia Marcondes - PL

[assinado digitalmente]

Fernando dos Santos Silva - MDB

[assinado digitalmente]

José Antônio Stoklosa - PSD

[assinado digitalmente]

Luiz Martins Junior - Cidadania

[assinado digitalmente]

Ezequiel de Andrade – PL

[assinado digitalmente]

Gerson dos Santos Chaves - PL

[assinado digitalmente]

Paulo Neres do Rosário - MDB

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>.